

## ÍNDICE

### PARTE I OS ATOS LEGISLATIVOS EM GERAL

TÍTULO I – A LEI, ATO DO ESTADO	9
Capítulo I – A problemática jurídico-constitucional da lei	9
1. Panorâmica geral	9
2. A lei na evolução do Estado	12
Capítulo II – A lei no âmbito das funções e dos atos do Estado	19
3. Lei e funções do Estado	19
4. A função no sentido de atividade	22
5. As funções do Estado nas Constituições portuguesas	29
6. Funções política, administrativa e jurisdicional	33
7. A função legislativa como função política	38
Capítulo III – A lei, ato jurídico-constitucional	43
8. Atos jurídico-constitucionais	43
9. A regulamentação dos atos jurídico-constitucionais	45
10. Pressupostos, elementos, requisitos	48
11. Requisitos e valores jurídicos dos atos	52
12. Tipologias de atos jurídico-constitucionais	53
13. A fundamentação nos atos jurídico-constitucionais	55

14.	Atos de produção sucessiva, processo, procedimento	56
15.	Atos tácitos e omissões	62
Capítulo IV – Lei em sentido material e em sentido formal		65
16.	A lei como ato normativo	65
17.	Sentido de lei nas Constituições portuguesas	72
18.	Posição adotada sobre a lei na Constituição de 1976	78
19.	Generalidade e Estado de Direito	80
Capítulo V – Reserva constitucional e força de lei		87
20.	A Constituição e a atividade legislativa	87
21.	Reserva de Constituição e reserva de lei	89
22.	Formas de lei e força de lei	94
23.	Força geral e força específica de lei	96
24.	Atos com força afim da força de lei	97
25.	Reserva de lei e princípio da legalidade	99
26.	As relações entre leis e regulamentos	103
27.	Regulamentos delegados e deslegalização	108
TÍTULO II – COMPETÊNCIA LEGISLATIVA E FORMAS DE LEI		113
Capítulo I – Relance geral		113
28.	Unicidade e pluralidade de formas de lei	113
29.	Conspecto histórico-comparativo	114
30.	Forma de lei e competência legislativa nas Constituições portuguesas anteriores	120
31.	Formas de lei e competência legislativa na Constituição de 1976	125
Capítulo II – Quadro português atual		133
32.	Os atos legislativos, hoje	133
33.	A fixação da competência legislativa	137
34.	O princípio da fixação das formas de lei	140
35.	O primado da Assembleia da República	142
36.	A compressão do primado pela integração europeia	145
37.	Democracia participativa e competência legislativa	150

PARTE II  
OS ATOS LEGISLATIVOS EM ESPECIAL

TÍTULO I – AS LEIS DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	159
Capítulo I – A competência legislativa da Assembleia da República	159
38. Os vários tipos de competência legislativa do Parlamento	159
39. As competências legislativas específicas	161
40. O âmbito das reservas dos artigos 164.º e 165.º	165
41. Sentido das normas de reserva	167
Capítulo II – As autorizações legislativas	173
42. O Parlamento e as autorizações legislativas	173
43. Natureza das autorizações legislativas	177
44. Regime das autorizações legislativas	181
45. As autorizações legislativas orçamentais	188
46. O regime das autorizações legislativas orçamentais	192
Capítulo III – As leis de valor reforçado	195
47. Força de lei e leis de valor reforçado	195
48. Leis de valor reforçado e leis orgânicas	200
49. Elenco das leis de valor reforçado	202
50. Análise taxonómica	207
51. O conteúdo possível das leis de valor reforçado	213
52. As leis de bases e o seu desenvolvimento	217
53. Leis de enquadramento, leis de bases e leis de autorização legislativa	225
Capítulo IV – O procedimento legislativo parlamentar	229
54. Órgãos legislativos e procedimento	229
55. A regulamentação do procedimento legislativo parlamentar	231
56. As fases do procedimento	232
58. Iniciativa legislativa e impulso legiferante	238
59. Tipos e formas da iniciativa legislativa	241
60. Limites da iniciativa	247
61. Requisitos e procedimento	250
62. Vicissitudes da iniciativa	252

63.	A fase da apreciação	257
64.	A apreciação interna	257
65.	A apreciação externa	259
66.	O debate parlamentar	261
67.	O quorum e a votação	265
68.	Fases da votação	266
69.	As maiorias de aprovação	267
70.	A redação final e os decretos da Assembleia da República	271
71.	A promulgação e o veto	272
72.	Regime da promulgação	276
73.	Veto por inconstitucionalidade e veto político	282
74.	As opções do Parlamento	286
75.	A segunda deliberação da Assembleia da República	288
76.	O problema do artigo 279.º, n.º 2, in fine	291
77.	A referenda da promulgação	292
78.	Esquema do procedimento legislativo parlamentar	298
79.	Procedimentos legislativos especiais	300
TÍTULO II – OS DECRETOS-LEIS DO GOVERNO		303
80.	A competência legislativa do Governo	303
81.	O Governo e o procedimento dos decretos-leis	305
82.	As normas regimentais do Governo	307
TÍTULO III – OS DECRETOS LEGISLATIVOS REGIONAIS		309
Capítulo I – Leis do Estado e decretos legislativos regionais		309
83.	Contexto sistemático	309
84.	A dupla reserva de competência	
85.	As leis do Estado	316
86.	Interesse específico e âmbito regional	319
87.	Leis do Estado e decretos legislativos regionais	323
Capítulo II – Competência e procedimentos legislativos regionais		327
88.	A competência das Assembleias Legislativas Regionais	327
89.	Os procedimentos legislativos regionais	330

PARTE III  
ATOS COM FORÇA AFIM DA FORÇA DE LEI

TÍTULO I – O REFERENDO VINCULATIVO NACIONAL	333
90. Sentido e natureza do referendo	333
91. Objeto do referendo nacional	335
92. A realização do referendo	338
93. A fiscalização preventiva da constitucionalidade e da legalidade	342
94. A força jurídica do referendo vinculativo	344
95. O referendo sobre as regiões administrativas	348
TÍTULO II – OS ATOS DE APRECIACÃO PARLAMENTAR DE DECRETOS-LEIS E DE DECRETOS LEGISLATIVOS REGIONAIS	353
96. Excurso histórico	353
97. O sentido da apreciação de decretos-leis	361
98. Apreciação e inconstitucionalidade orgânica	366
99. Os efeitos da cessação de vigência	370
TÍTULO III – OS REGIMENTOS PARLAMENTARES	373
100. O Regimento da Assembleia da República	373
101. Os regimentos das Assembleias Legislativas regionais	377
TÍTULO IV – A DECLARAÇÃO DE ESTADO DE SÍTIO OU DE ESTADO DE EMERGÊNCIA	379
102. O estado de sítio e o estado de emergência	379
103. Regime	381
104. A declaração de estado de sítio ou de estado de emergência, ato com força afim da força de lei	385
TÍTULO V – AS DECISÕES ADITIVAS NA FISCALIZAÇÃO DA CONSTITUCIONALIDADE	387
105. Juízo de inconstitucionalidade e decisões dos tribunais	387
106. A decisão de inconstitucionalidade em fiscalização abstrata	389
107. As decisões aditivas	391

